



Ensino Médio será financiado por BIRD e Banco Mundial

A reforma do ensino médio brasileiro será financiada por empréstimos em agências internacionais. Já foi autorizada pelo Ministério do Planejamento a solicitação de apoio ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e do Banco Mundial, para implementação do Novo Ensino Médio nos estados. O comunicado foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), dia 17 de julho último.

O valor total estimado das ações a serem realizadas é de 1,577 bilhão para o Programa para Resultados (**PforR**). Significa dizer que o governo Temer já se prepara para aprovar na Câmara dos Deputados o ENEM do magistério com apoio dos estados, em especial no Rio de Janeiro de Wagner VICTER. Inclusive, tudo indica que as resoluções 5531, 5532 e 5533 já fazem parte do início desse processo.

Esse empréstimo virá para apoiar a reforma do ensino médio, tendo como eixo a formação de professores das redes, a construção de currículos, além de estudos de viabilidade para o que fazer em cada uma das redes a partir das avaliações externas de resultados. VICTER, já disse que pretende publicar uma nova matriz curricular neste ano, adequada à nova regulamentação do Ensino Médio. O caminho para a privatização da rede estadual e demissão de professores concursados foi aberto.

O **PforR** pretende vincular os repasses do empréstimo ao alcance de resultados, que são medidos por indicadores que serão acordados entre o MEC e o banco. É por meio do PforR que o projeto pretende apoiar as secretarias estaduais de educação. Ou seja, tendo que demonstrar resultados aos financiadores externos, a pressão sobre os sistemas que tomarem estes empréstimos será brutal.

O financiamento prevê segundo o MEC: A formação de técnicos educacionais para a adaptação dos currículos e elaboração dos itinerários formativos; o repasse de recursos para reprodução de materiais de apoio, e o repasse de recursos para incentivar a implementação dos novos currículos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Também está previsto o apoio às secretarias para a transferência de recurso às escolas para a implementação do tempo integral. Além disso, será oferecido suporte à capacitação de gestores e técnicos para o planejamento dessa mudança, para que se obtenha eficiência e eficácia. Já a assistência técnica apoiada pelo banco deverá oferecer serviços de consultoria especializados, de alto nível, para apoiar o MEC e as secretarias estaduais.

Trata-se de boa grana para as consultorias privadas faturarem. Por trás de toda esta dinheirama, é claro, estarão também as concepções de ensino e de educação que serão repassadas a gestores e professores. Quase 50 anos depois, voltamos aos “Acordos Mec-Usaid” contra o qual a geração de 1968 lutou.

Demissão de servidor por desempenho caminha

Precisamos alertar para os movimentos que visam acabar com a estabilidade do servidor público, a partir de seu desempenho em avaliações. Posto desta forma, fica aberta a possibilidade para a destruição não só do serviço público, como também a privatização via diferentes formas de instituição de Organizações Sociais. A educação não é assunto para mercado e sim para profissionais de Estado. Além disso, somente a educação pública pode, com recursos e cuidados adequados, ser verdadeiramente inclusiva.

Trata-se da regulamentação da demissão de funcionário público concursado, estável, por insuficiência de desempenho. Essa será a “pauta do dia” dos próximos meses, já que temos um Projeto de Lei está em andamento (PLS 116/2017).

A possibilidade de demissão já está positivada na Constituição Federal, no seu art. 37, incisos e parágrafos, emendado pela EC 19/1998. A questão é que até hoje, essa lei não tinha sido regulamentada no nível federal, pois o MARE (Ministério da Administração e da Reforma do Estado) acabou na segunda gestão de FHC. Apenas Minas Gerais, em 2003, regulamentou a lei (lei complementar 71/2003), dentre os Estados e, assim, conseguiu demitir 404 professores por insuficiência de desempenho.

O Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica — ENAMEB — já está pronto para aprovação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. A medida abrange professores da Educação Básica das redes pública e privada.

Diz o Art. 3º:

"O Enameb aferirá o desempenho dos docentes no exercício efetivo do magistério, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento."

A categoria vai precisar dar respostas a esses ataques em todos os níveis de atuação: dentro e fora das escolas.

FORA PEZÃO!

FORA VICTER !

30 DE AGOSTO

GREVE DE 24h do funcionalismo estadual

Assembleia da Educação neste dia com

local e horário a confirmar